**MEMÓRIA, HISTÓRIA E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS COM JOVENS E ADULTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Virgínia Hermínio Gonçalves Vieira Polegario, Faculdade de Formação de Professores - UERJ

**Resumo:** Este trabalho é parte da pesquisa realizada em uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo foi compreender como jovens e adultos apropriam-se de suas memórias da cidade e se veem como pertencentes a essa história local. A metodologia é qualitativa e apresenta a triangulação dos dados em duas turmas dos anos iniciais da educação básica. Percebe-se que as ações extensionistas podem desvelar os vínculos com os processos de emancipação humana e transformação da realidade social.

**Palavras Chaves:** cidade; memória; história; jovens e adultos.

Este trabalho é parte da pesquisa realizada em uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro por meio da participação em ateliês formativos em duas escolas públicas. O objetivo foi compreender como jovens e adultos apropriam-se de suas memórias da cidade e se veem como pertencentes a essa história local. A metodologia é qualitativa e apresenta a triangulação dos dados de duas escolas investigadas. Percebe-se que as ações extensionistas podem desvelar os vínculos com os processos de emancipação humana e transformação da realidade social. Esse processo formativo é fruto do desdobramento do projeto de extensão e os diálogos tecidos entre as dinamizadoras e os estudantes, tendo como principal foco as memórias que os sujeitos têm sobre o município enquanto moradores e sua correlação com a experiências na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A relação entre ensino, pesquisa e extensão nos traz uma possibilidade de partilha de saberes e experiências, imprescindíveis para a transformação das práticas docentes e discentes (Almeida; Gonçalves, 2023). Um dos grupos observados possuía idades a partir de 50 anos e pertenciam a um centro de referência para idosos, atendendo aproximadamente oito estudantes. E o outro grupo atendia sujeitos a partir dos 15 anos de idade dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, contando com quatorze estudantes. Os diálogos e imagens foram gravados com o consentimento e autorização dos estudantes, no entanto, optamos por não os identificar nesse estudo, apresentando apenas a comparação de falas generalizadas a partir da liberdade que um dos grupos manifestou para dialogarem com os pesquisadores e o silêncio de alguns estudantes decorrente da exclusão social e educacional vivenciada por eles. Os dados analisados demonstram que a interação e interesse principal dos estudantes foi referente a sua trajetória na EJA e como cada um retornou ao universo educacional. Nas narrativas, seis jovens e adultos manifestaram o desejo em finalizar os estudos e dar continuidade a eles em nível superior. Por outro lado, alguns realizaram críticas ao modelo educacional que vivenciam e apenas queriam a certificação exigida em seu ambiente social e de trabalho. Ao relatarem sobre seus itinerários e trajetórias pela cidade articuladas à vivência cotidiana na escola pública, compreendemos que os estudantes da primeira instituição que atende adultos e idosos conseguiram dialogar de forma mais ampliada sobre o exercício da cidadania e identificar a relevância dos conteúdos aprendidos com a escola. Almeida e Gonçalves (2023, p.19) destacam que o direito à cidade é mais que ter acesso à infraestrutura urbana, consiste no direito de mudar a nós mesmo, a forma como olhamos e atuamos na sociedade, sendo um direito coletivo. A correlação entre direito à educação e o direito à cidade foi percebida desde a forma como o alfabeto está exposto na sala de aula com figuras e fotos de pontos importantes para a história da cidade. Na segunda escola, os jovens e adultos não estabeleceram de forma imediata a relação entre a sua história e a história da cidade, porém, manifestaram o desejo em explicitar as suas memórias vinculadas as dificuldades enfrentadas em sua trajetória educacional. Questões como horário de trabalho incompatível com as aulas, cansaço físico e mental, conteúdos complexos, localidade da escola, violência, tráfico de drogas, foram elementos citados dentre os desafios para continuar e permanecer na escola. Desse modo, foi possível entender a necessidade que esses sujeitos possuem de relatar sobre a sua vida e de serem compreendidos nesse ambiente educacional. O público participante abrange vinte e duas pessoas, as quais apresentavam dificuldades de aprendizagem com a língua escrita e preferiram participar oralmente do ateliê de formação. Essa postura de intimidação com o processo da escrita sobre suas memórias e histórias nos faz lembrar da importância dos professores apreenderam e dialogarem com a realidade desses sujeitos para que a prática pedagógica realizada opte por uma metodologia de alfabetização que atenda as suas necessidades educacionais. A dificuldade com a linguagem escrita não é empecilho para apreendermos sobre a potencialidade da relação entre ensino e aprendizagem com jovens e adultos. Vygostsky (2009), esclarece que há dois modos de pensamento, um deles que orientado é social, sendo influenciado pelas leis da experiência e da lógica e o outro é o pensamento autístico, o qual é individualista e corresponde a um conjunto de leis especiais que lhe são próprias. Essas duas formas de pensamento expressam cada uma o seu grau de comunicabilidade. Aquele que engloba em si algumas adaptações mentais e um pouco da orientação para a realidade, está presente no pensamento dos adultos. Nesse sentido, é relevante recordar que Paulo Freire (1980) no projeto de alfabetização em Angicos, preocupou-se não só com a codificação e decodificação, mas com os saberes que trezentos trabalhadores rurais, que não sabiam ler e nem escrever possuíam de suas memórias, histórias e experiências de leitura de mundo. Para tamanho feito, Freire (1980) chegou na cidade com 15 universitários que o auxiliariam no processo de alfabetização. Freire (1980), realizou o processo de alfabetização reconhecendo as experiências e vivências de cada pessoa, ou seja, o importante para o autor não é só alfabetizar ensinando as letras e números ou repetição de palavras, mas o comprometimento com uma educação politizada e dialógica. Nesse sentido, destacava que: “pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores [...] desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reinvindicação” (Freire, 1980, p. 104). Para Almeida (2019), a escola é, também, um lugar de resistência política, sendo importante reconhecer o sentido ontológico da existência humana, sua história e sua cultura. Freire (1989) em seu livro “A Importância do ato de Ler”, fala sobre como a sociedade exclui dois terços de sua população e aprofunda injustiças à grande parte da população, sendo urgente que a questão da leitura e da escrita seja vista enfaticamente sob o ângulo da luta política a que a compreensão científica do problema traz sua colaboração. Nessa obra, o autor reafirma que uma das finalidades do trabalho com adultos consiste na consciência crítica que: “[...]tanto no caso do processo educativo quanto no do ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê” (Freire, 1989, p.16). Com esse objetivo poderemos, finalmente, entender se realizamos o processo educativo “[..] a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política” (Freire, 1989, p.16). Concluímos que a análise dessas experiências didático-metodológicas realizadas na articulação entre extensão e pesquisa são extremamente importantes para a profissão docente e a necessidade de dar continuidade a formação continuada para a EJA, e no processo da graduação e contribuir com os conhecimentos sobre essa modalidade por meio dos ateliês de formação realizados.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, A. Resistência política ou políticas da resistência? Contradições, reflexões e desafios da política educacional. In: FERREIRA, A.V. (org.). **Pedagogia social:** lugar de (re)existência. Curitiba: CRV, 2019, p.13-23.

ALMEIDA, A.; GONÇALVES, V. A EJA pela cidade: experiências extensionistas com o leste fluminense. In.: FERREIRA, A.V. (org.). **Tear:** experiências e saberes extensionistas fluminenses. Porto Alegre: Livrologia, 2023.

ALVARENGA, M. S. **Sentido da Cidadania:** Políticas de educação de jovens e adultos. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2010.

ARROYO, M. Paulo Freire: outro paradigma pedagógico? **Educ. rev.** 35 • Jan. – Dec. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo

Horizonte, MG, Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/yntcdQPN9668CrYfmw6QTcQ/?lang=pt Acesso em: 23 abr.

2024.

ARROYO, M. A. Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva:** contribuições à educação de jovens e adultos. Brasil: UNESCO, MEC, RAAB, 2007, p. 223.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. Ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. Tradução de Jeferson Luiz Camargo.

São Paulo: Martins Fontes, 2009.